

PROCESSO GOVERNO FELICIO NEGA IRREGULARIDADE E DIZ QUE TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO EM SITE OFICIAL

Covid: prefeitura falha em transparência, diz MP

Em parecer apresentado em ação de morador, MP diz que prefeitura falha ao não divulgar dados como preço unitário de itens e processo administrativo que antecedeu a contratação

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliodcodazzi



A Prefeitura de São José dos Campos “não atua com a transparência que lhe é exigida, deixando de informar à população dados importantes sobre as contratações e aquisições realizadas emergencialmente para o combate” do coronavírus.

Essa é a conclusão de um parecer emitido pelo Ministério Público em uma ação popular movida por um morador contra o município.

No documento, a promotora Ana Chami sugere que a Justiça conceda a liminar solicitada pelo morador, para obrigar a prefeitura “a divulgar, no sítio eletrônico, todos os dados pertinentes relativos às contratações e aquisições efetuadas em resposta ao coronavírus”.

No parecer, o MP destaca que estados e municípios devem seguir ao menos três diretrizes na divulgação das informações: as estabelecidas na Lei de Acesso à Informação; as previstas na lei sancionada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que estabeleceu medidas de combate ao vírus; e as definidas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), especificamente para o enfrentamento da pandemia. A Promotora ressalta que, embora cumpra parte das diretrizes, a prefeitura não divulga quatro dados importantes na página especifi-



Covid-19. Ala de enfermagem exclusiva para coronavírus no Hospital Municipal de São José dos Campos

ca das despesas relacionadas à Covid-19: valor por unidade do item adquirido; descritivo, quantidade e tipo de bem ou serviço adquirido; íntegra do processo administrativo que antecedeu a contratação; e a íntegra do contrato.

A juíza Laís Scamilla Jardim, da 2ª Vara da Fazenda Pública, ainda não analisou o pedido

*4

Informações importantes não são divulgadas pela Prefeitura de São José, segundo parecer do Ministério Público.

de liminar.

À reportagem, o governo Felício Ramuth (PSDB) alegou que o Portal da Transparência da prefeitura “tem todas as informações disponíveis”, e que “a divulgação de dados relativos às compras e contratos realizados durante a pandemia do coronavírus” atende às diretrizes do TCE (Tribunal de Contas do Estado), da lei sancionada em fevereiro por Bolsonaro e da Lei de Licitações.

O governo Felício também já apresentou defesa à Justiça. Mas, na contestação, a gestão tucana reconhece que parte dos dados citados pelo MP não estão disponíveis na

página específica das despesas relacionadas à Covid-19. Por exemplo: os contratos podem ser localizados apenas em outra área do Portal da Transparência. E os processos administrativos que antecederam as contratações não são disponibilizados em nenhuma parte do site da prefeitura: para consultá-los é preciso fazer uma solicitação eletrônica com base na Lei de Acesso à Informação - nesse caso, a administração tem prazo de 20 dias para responder. Já os preços unitários dos itens adquiridos eram divulgados pela prefeitura no início, mas depois deixaram de ser publicados. ■

HOSPITAL CONTRATO ENTRE PREFEITURA DE TAUBATÉ E SPDM SOFREU TRÊS ADITAMENTOS EM APENAS UM MÊS

HU: contrato de gestão R\$ 12 milhões mais caro

VALOR. Em um intervalo de apenas um mês, o contrato entre a Prefeitura de Taubaté e a SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina) para a gestão do HU (Hospital Universitário) ficou R\$ 12 milhões mais caro. Ao todo, foram três aditamentos: o primeiro, de R\$ 5,5 milhões, dia 27 de abril; o segundo, de R\$ 2,5 milhões, dia 12 de maio;

e o terceiro, de R\$ 4 milhões, dia 27 de maio. No primeiro aditamento, o governo Ortiz Junior (PSDB) alegou que visou “a inclusão de cirurgias oncológicas e próteses”. Sobre o segundo, que “se deve ao reforço das ações de combate ao coronavírus”. Sobre o terceiro, a reportagem cobra uma justificativa desde o dia 9 de junho, mas não recebeu resposta. Com os adita-



Saúde. Hospital Municipal Universitário de Taubaté

mentos, o contrato, que previa repasse de R\$ 156,947 milhões à SPDM em 24 meses (R\$ 6,53 milhões por mês), passou a custar R\$ 168,954 milhões (R\$ 7,03 milhões a cada mês), uma alta de 7,65%. Em dezembro de 2019, após representação do Comus (Conselho Municipal de Saúde), o Ministério Público instaurou um inquérito para investigar supostos problemas na administração do HU, que passou a ser gerido pelo município em maio do ano passado. O governo Ortiz e a SPDM negam qualquer irregularidade. ■

CRONOGRAMA

Obra da Arena de Esportes atinge 57% após 12 meses

ATRASO. Nos primeiros 12 meses de trabalho de conclusão da Arena de Esportes de São José dos Campos, a obra avançou 57,86%. O número representa o que foi feito entre os dias 14 de maio do ano passado e 14 de maio desse ano, de acordo com a última medição oficial divulgada pela construtora Porto Belo Engenharia e Comércio, de Goiás, que é a empresa responsável pelo serviço. De acordo com o cronograma, a obra deveria ter atingido 67,91% de execução nos primeiros 12 meses. Sobre o atraso, o governo Felício Ramuth (PSDB) alegou que “são oscilações naturais de uma obra de grande porte, mas que não interferem no prazo de entrega” - ou seja, a entrega segue mantida para 14 de dezembro. A obra de conclusão da arena ficou R\$ 3,529 milhões mais cara esse mês, passando de R\$ 41,845 milhões para R\$ 45,375 milhões. Somando os gastos entre 2011 e 2014, o custo chegou a R\$ 55,3 milhões. ■

LICITAÇÃO

Nove empresas disputam contrato de UBS Mais

SAÚDE. Nove empresas disputam o contrato de construção da UBS Mais do Cecap.

A sessão para entrega das propostas foi realizada no último dia 18. As interessadas são: Brasfort, Elefe, Spalla, Demax, PNS, Engetal, Itália Engenharia, Marcondes de Lima e CLD. Em outra data, após análise da documentação, será divulgada a lista de empresas habilitadas e serão abertos os envelopes com as propostas financeiras.

Vencerá a disputa a concorrente que oferecer o menor preço. O valor máximo é de R\$ 3,766 milhões.

A construção da UBS Mais do Cecap foi prometida pelo prefeito Ortiz Junior (PSDB) na campanha de 2016. A licitação chegou a ser aberta em abril de 2017, mas foi revogada na sequência e retomada apenas agora, por “redefinição de prioridades”, segundo a gestão tucana.

Após a conclusão do processo licitatório e a assinatura do contrato, o prazo para conclusão das obras será de 18 meses. ■